



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

**Objeto: Parecer sobre o Projeto de Lei nº 079/2018 que:
“Altera art. 2º e art. 18 da Lei nº 3992/2015 e dá outras
providências.”**

Vistos, etc.

Foi recebida por esta Assessoria solicitação oriunda da Presidência do Legislativo a elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei em epígrafe, a teor do disposto no art. 2º, II e IV, da Resolução nº 04/2015.

Trata-se de projeto de lei, cujo objeto consiste em alterar o art. 2º e 18 da Lei Municipal nº 3.992/2014.

É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais. Trata-se de matéria de interesse local, e, portanto, competência legislativa municipal (art. 30, I da CF).

Verifica-se que se pretende através da proposição, alterar a Lei nº 3.992/2014, a qual dispõe sobre as eleições para Diretores das Escolas Municipais de Irati.

De acordo com o Projeto de Lei, somente as Escolas da Rede Municipal de Ensino que atendam o porte mínimo de 80 (oitenta) alunos terão eleições para diretor. Também, somente poderão candidatar-se ao cargo de Diretor os servidores efetivos do Quadro próprio do Magistério em efetivo exercício na Unidade



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

de Ensino, e desde componham o Quadro da respectiva Instituição de Ensino na qual pretendam se candidatar, desde o início do ano letivo da eleição.

Referida alteração está em conformidade com a Lei Estadual nº 18590/2015 e Resolução 3373/2015 GS/SEED, visando adequar a presente legislação municipal à realidade sócio-educativa-pedagógica das Escolas municipais.

Conforme explicado na justificativa da proposição, em análise à legislação municipal que rege as eleições para diretores de nossas escolas, ficou constatado que os artigos acima referenciados requerem uma adequação em relação ao número de alunos, bem como ao tempo de atuação dos profissionais que pretendem participar das eleições de cada uma de nossas Instituições de Ensino.

Ante o exposto, conclui-se que o Projeto de Lei em tela preenche os requisitos legais e constitucionais e está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa de leis.

É o parecer.

Irati/PR, 09 de julho de 2018.

EDUARDO FREIRE GAMEIRO ZANICOTTI
Assessor Jurídico (OAB/PR nº 55.190)